

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



MENSAGEM Nº 62/93.

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO
Departamento das Comissões

Protocolo
Projetos de:

Lei Complementar Nº 32/mens. 62/93
Emenda da Lei Orgânica Nº _____

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

PROCESSO Nº _____

Data: 22.11.93

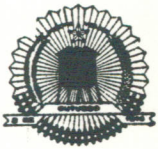
Horário 17h.

Tenho a honra de submeter a apreciação de Vossa Excelência e dos ilustres Membros dessa Colenda Câmara o incluso Projeto de Lei Complementar nº 21/93, que objetiva a criação da Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Porto Velho.

São reconhecidas as deficiências, no que tange ao serviço de coleta de lixo, acentuadas nos últimos anos, com justificadas reclamações por parte dos munícipes. Sob todos os aspectos, principalmente atentando-se para o ponto de vista sanitário, as falhas dos serviços acarretam, para a população, problemas para os quais deve estar atenta a Administração.

Ressente-se de um planejamento capaz de se viabilizar e ampliar o serviço nessa área, cuja eficiência se impõe, de forma, inclusive, a possibilitar a redução do custo.

A Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Porto Velho terá a atribuição de administrar e prestar os serviços públicos de limpeza urbana do Município, bem como a industrialização do lixo e a cobrança de preço pelo serviço prestado. Diante das condições precárias em que se apresenta o atual sistema de coleta, vantajosa se apresenta a criação da Companhia, nos moldes sugeridos na presente Mensagem, cujos resultados administrativos e econômicos se mostram recomendáveis para a Municipalidade e para os munícipes, sem conseqüente aumento dos encargos que normalmente ocorre na Administração Direta, com a vantagem



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

CONT.. DA MENSAGEM Nº 62/93.

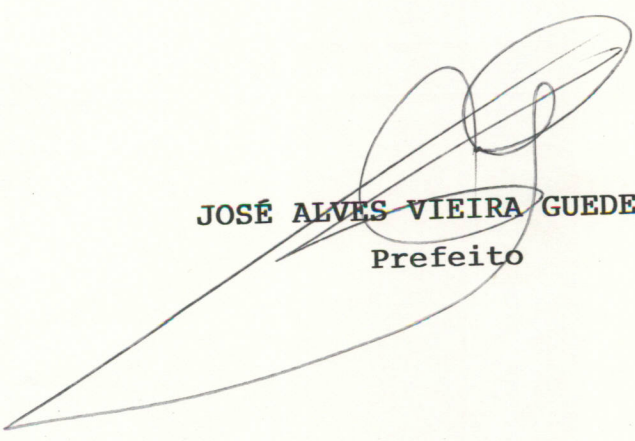
de possibilitar a execução dos serviços orientados em bases empresariais, obviamente visualizadas. A maior flexibilidade de gerenciamento de pessoal, até mesmo face aos incentivos salariais, enseja melhor padrão de qualidade, associado a um faturamento com a comercialização dos resíduos e da industrialização do lixo, vantagens já verificadas nos principais municípios brasileiros.

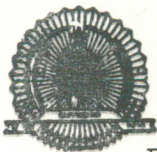
O próprio crescimento urbano do Município, exigindo sempre maiores e permanentes investimentos nesse setor tem prejudicado a prestação desse importante serviço público à população, pela Administração Direta, mercê das dificuldades próprias que envolvem, atualmente, a Administração Pública, de um modo geral. A descentralização, nos moldes pretendidos, certamente viabilizará a modernização e ampliação dos serviços.

Estamos convictos Excelências, que nosso Projeto é de grande interesse para o Município, razão que nos leva a crer na sua aprovação.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência e nos ilustres pares dessa casa, protestos de alta consideração e estima.

Porto Velho, 18 de novembro de 1993.


JOSE ALVES VIEIRA GUEDES
Prefeito



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 21 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1993.

Departamento das Comissões

Projetos de:

Lei Complementar Nº 32/93

Emenda da Lei Orgânica Nº —

PROCESSO Nº —

Data: 22.11.93

Horário 17:00h

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COM
PANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA UR
BANA DE PORTO VELHO, E DÁ OU
TRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando das atribuições que lhe são conferidas nos incisos IV e VI do artigo 87, combinado com o inciso XI, artigo 67, da Lei Orgânica Municipal.

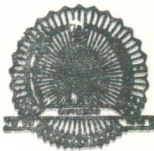
FAÇO SABER que a CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO aprova e eu sanciono a seguinte

L E I :

Art. 1º - Fica criado a Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Porto Velho - COMLURP; entidade autarquica, com personalidade jurídica própria, dispondo de autonomia administrativa e economico-financeira na forma desta Lei e da Legislação a ela pertinente.

Art. 2º - A COMLURP exercerá sua atuação no Município de Porto Velho, competindo-lhe com exclusividade:

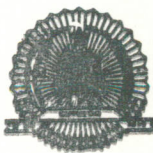
- a) estudar, projetar, executar e fiscalizar, diretamente ou mediante convênios ou contratos com especialistas, entidades e organizações especializadas em engenharia sanitária, as ações, serviços e obras pertinentes ao acondicionamento, coleta, transporte, beneficiamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

CONT.. DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 21/93.

- b) organizar e administrar o serviço de limpeza urbana;
- c) organizar e administrar os serviços de praças, parques, mercados e feiras;
- d) organizar e administrar o serviço de Cemitérios e Funerários;
- e) atuar como coordenador, executor e fiscalizador dos convênios, acordos e contratos firmados pelo Município com órgãos federais, estaduais e municipais, entidades e empresas, públicas ou privadas, para a realização de estudos, projetos, obras e instalações de recuperação, ampliação e construção de unidades que integram o sistema de limpeza pública urbana, para a aquisição de materiais e equipamentos e para a realização de ações e serviços no âmbito de sua competência;
- f) planejar as fases de acondicionamento, coleta, transporte, beneficiamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos e promover o monitoramento, acompanhamento e avaliação das atividades realizadas, em busca da qualidade e da eficiência dos serviços prestados e venda de todo material reciclado.
- g) operar, manter e conservar equipamentos e instalações e explorar diretamente os serviços definidos no âmbito de sua competência;
- x h) estabelecer o sistema para a cobrança das taxas e tarifas para retribuição pelos serviços prestados na limpeza urbana e outros, estabelecendo adequadamente o sistema de cálculo e pagamento das taxas e os preços das tarifas, de sorte a que a receita obtida confira suporte financeiro adequado a autonomia e viabilidade do serviço;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

CONT..DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 21/93.

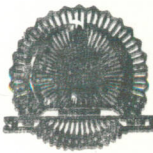


- i) lançar, fiscalizar e arrecadar as taxas e tarifas para remuneração pelos serviços prestados na limpeza urbana e outros;
- j) exercer quaisquer outras funções relacionadas com o serviço público de limpeza urbana e administração, obedecendo as legislações específicas e gerais e o código de Posturas do Município, e outras funções no campo da Engenharia Sanitária que, por sua natureza, exijam providências por parte da administração pública do serviço de limpeza urbana;
- X 1) disciplinar e cobrar as taxas referentes a exploração dos meios de publicidade.

Art. 3º - A COMLURP deverá promover articulação com as demais instituições integrantes dos sistemas municipal, estadual e nacional do meio ambiente, e desenvolver ações voltadas à preservação dos recursos ambientais, de maneira isolada ou em conjunto com as entidades do setor, em especial para:

- a) auxiliar na fiscalização permanente dos recursos ambientais, particularmente de cursos d'agua, encostas e fundos de vale, que podem ser diretamente afetados pela má disposição dos resíduos sólidos gerados pela atividade humana;
- b) participar das discussões que visam a compatibilização do desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente;
- c) colaborar na proteção das áreas representativas de ecossistemas e sugerir medidas para implantação, nas áreas críticas de poluição, de sistemas monitoramento dos índices locais de qualidade ambiental;

4



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



CONT.. DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 21/93.

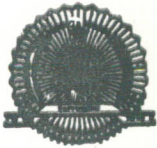
- d) colaborar com órgãos e entidades dos sistemas municipal, estadual e nacional do meio ambiente na identificação de áreas degradadas ou ameaçadas de degradação, visando a tomada de recuperação;
- e) sempre que possível, participar e promover ações voltadas para atrair a efetiva participação da comunidade em campanhas para a defesa do meio ambiente e colaborar no desenvolvimento de programas de educação ambiental;
- f) cooperar com os órgãos e entidades dos sistemas municipal, estadual e nacional do meio ambiente, no sentido da realização e atualização permanente do inventário ecológico do Município incluindo as reservas naturais e as áreas de integração ambiental.

Art. 4º - A COMLURP deverá integrar o Sistema Municipal de saúde pública, objetivando a execução de ações de controle dos vetores transmissores de doenças ligadas ao manuseio e destinação do lixo e a integração com os demais órgãos, no que se refere a sua participação no sistema de vigilância epidemiológica e ações de saúde pública dirigidas ao controle de doenças endêmicas e epidêmicas.

Art. 5º - A COMLURP terá quadro próprio de empregados, os quais ficarão submetidos ao Regime Jurídico Único previsto na Constituição Federal.

Art. 6º - A COMLURP será administrada por um Diretor-presidente com experiências no setor, que será nomeado pelo Prefeito Municipal de Porto Velho.

§ 1º - O Diretor-presidente será nomeado em comissão para cargo de confiança, de livre exoneração.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

CONT. DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 21/93.

Art. 7º - A partir da data de Constituição da COMLURP fica extinta a Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

Art. 8º - Incumbe ao Diretor-Presidente ou no caso do Artigo 7º, entidade administradora, representar a COMLURP promover-lhe a representação em juízo ou fora dele.

Art. 9º - O Patrimônio inicial da COMLURP será constituído de todos os bens moveis, imóveis, instalações, títulos, materiais e outros valores próprios do Município atualmente destinados, empregados e utilizados no sistema público de acondicionamento coleta, transporte, beneficiamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos.

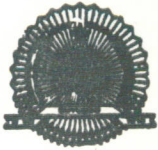
Art. 10 - A receita da COMLURP provirá dos seguintes recursos:

a) de toda a arrecadação tributária e remunerações para retribuição pelos serviços prestados, nas fases de acondicionamento, coleta, transporte, beneficiamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos e serviços decorrentes de situações especiais que requeiram estudos particularizados, mediante o adequado estabelecimento de instrumentos de remuneração, como taxas e tarifas;

b) das taxas de contribuição que incidirem sobre os imóveis beneficiados pelos serviços de limpeza pública e acondicionamento, transporte, beneficiamento e disposição final dos resíduos sólidos;

c) da subvenção que lhe for anualmente consignada no orçamento do Município, cujo valor não será inferior a 5% (cinco por cento) da quota devida ao Município pelo fundo de participação dos Municípios.

d) dos auxílios, subvenções, créditos especiais ou adicionais e dotações orçamentarias que forem concedidos para o serviço de limpeza urbana, repassados pelo Município ou diretamente concedidos a COMLURP, oriundos dos governos federal, estadual e municipal ou de organis



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

CONT.. DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 21/93.

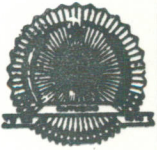
- e) dos recursos oriundos de financiamento;
- f) do produto de juros e correção monetária in cidentes sobre depósito bancários e aplicações financeiras e provenientes de outras rendas patrimoniais;
- g) do produto da venda de materiais inservi veis para a COMLURP e da alienação de bens patrimoniais que se tornem desnecessários aos seus serviços;
- h) do produto de cauções e depósitos que reverter em aos seus cofres por inadimplemento contratual;
- i) de doações, legados e outras rendas que, por sua natureza ou finalidade, lhe devam ca ber.

Parágrafo único - Mediante prévia autorização do Executivo Municipal, poderá a COMLURP realizar operações de crédito para antecipação de receita ou para obtenção de recursos necessários à execução de obras ou aquisição de equipamentos destinados aos seus serviços.

Art. 11 - A classificação dos serviços de limpeza urbana, as taxas, tarifas e remunerações respectivas e as condições para a sua utilização serão estabelecidas em regulamento.

Parágrafo único - Os valores das taxas, tarifas e remunerações previstas neste artigo serão reajustada periodicamente, em função da evolução dos custos de operação e manutenção dos sistemas, dos equipamentos, dos insumos e da mão de obra utilizada pela COMLURP, de modo a assegurar a auto-suficiência economico-financeira da COMLURP.

Art. 12 - É vedado à COMLURP conceder isenção ou redução de taxas, tarifas e remuneração pelos serviços prestados.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

CONT.. DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 21/93.

Art. 13 - Aplicam-se à COMLURP, naquilo que disser respeito aos seus bens, rendas e serviços, todas as prerrogativas, isenções, favores e demais vantagens de que os serviços municipais gozem e lhes caibam por lei.

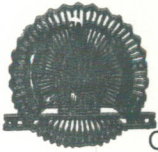
Art. 14 - A COMLURP submeterá anualmente a aprovação do Prefeito Municipal o orçamento do exercício, o relatório de suas atividades e as prestações de contas respectivas.

Art. 15 - O Prefeito Municipal expedirá os decretos necessários à completa regulamentação da presente Lei.

§ 1º - A regulamentação de que trata este artigo compreenderá:

- a) O regulamento dos serviços de acondicionamento, coleta, transporte, beneficiamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos; ficando estabelecido o prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da vigencia desta Lei para sua aprovação.
- b) O organograma da COMLURP, o regimento interno e o quadro de servidores, com sua lotação quantitativa e respectivas atribuições, ficando estabelecido o prazo de 150 (cento e cinquenta) dias a contar da data da vigencia desta Lei para sua aprovação.
- c) O plano de cargos e salários do pessoal da COMLURP, ficando estabelecido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da vigencia desta lei para sua aprovação.

Art. 16 - Compete à administração da COMLURP admitir, movimentar e dispensar os seus empregados, de acordo com as normas próprias e a legislação aplicável.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

CONT. DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 21/93.

Art. 17 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no Orçamento Municipal de 1994, no valor correspondente das despesas fixadas para a Secretaria Municipal de Serviços Públicos-SEMUSP, para ocorrer às despesas com implantação da Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Porto Velho, na classificação de despesa apropriada.

Parágrafo único - Os recursos necessários à cobertura do crédito de que trata este artigo correrão por conta da anulação de igual importância na dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Serviços Públicos - SEMUSP, consignada na classificação das despesas apropriadas.

Art. 18 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19 - Revogam-se as disposições em contrário.